

BOLÍVAR LAMOUNIER

**DA INDEPENDÊNCIA
A LULA E BOLSONARO**

Dois séculos de política brasileira

2ª edição revista e ampliada

 **FGV EDITORA**

Sumário

Prefácio à 2ª edição	11
Prefácio à 1ª edição	13
Agradecimentos (1ª edição)	15
Introdução. Formação da democracia brasileira: discurso, teoria, história	17

Parte I

1. A representação na fundação do Império: é também sólido o que se forma no ar ...	45
2. Eleições e eleitores: a difícil progressão aristotélica.....	65
3. O final do Império e a Primeira República	85

Parte II

4. O ciclo getulista: raízes da instabilidade política no período 1930-1964	97
5. O processo político durante o regime militar (1964-1985)	123
6. De Figueiredo a Itamar: sucessão de fragilidades	149
7. De Fernando Henrique a Lula e Bolsonaro	168

Parte III

8. O imperativo da reforma política.....	197
9. <i>Urbi et orbi</i> : questões atuais da democracia	223
Referências.....	249
Lista de quadros e tabelas.....	265

Prefácio à 2ª edição

A primeira edição deste livro esgotou-se num breve período. Esse resultado estimulou-me a reeditá-lo, levando em conta algumas reflexões que passo a expor.

O ambiente político brasileiro de 2020 é totalmente diferente do que prevalecia em 2005, quando redigi a primeira edição. A partir de 2015, ao detectar o esquema de corrupção que se instalara na Petrobras, a Operação Lava Jato estabeleceu um divisor de águas na história judiciária brasileira. O governo Dilma Rousseff deixou uma herança amarga tanto na economia quanto no tocante ao *impeachment* e suas sequelas. Esses dois fatos conferiram à eleição presidencial de 2018 uma lógica de aguda radicalização, contrapondo o bolsonarismo à precedente experiência petista e esmagando o centro do espectro partidário. Às dificuldades decorrentes da radicalização veio somar-se a eclosão mundial da Covid-19, a partir de janeiro de 2020, que nos colheu em cheio, agravando a situação econômica e provocando muitas dezenas de milhares de mortes.

A indagação que tomei como fio condutor é se o sistema político brasileiro é capaz de produzir um empuxo forte o suficiente para impulsionar o crescimento econômico e nos levar a níveis aceitáveis de bem-estar antes que tendências desagregadoras inviabilizem por completo esse ideal.

Devido ao exposto no parágrafo anterior, resisti à tentação de me estender sobre os governos Lula, Dilma e Temer, limitando-me às atualizações indispensáveis e a algumas alterações de forma. Concentrei meu esforço no capítulo 8, repensando em profundidade a questão da reforma política, e no capítulo 9, fazendo o devido registro sobre o preocupante retrocesso que a democracia vem sofrendo em quase todo o mundo.

Do ponto de vista teórico, mantive o ponto central da primeira edição, qual seja, o de que a historiografia política brasileira só agora começa a superar o economicismo dogmático que a caracterizou desde os anos 1950. A partir da Segunda Guerra Mundial, numerosos autores e praticamente todo o meio universitário puseram em relevo os efeitos da colonização portuguesa e nossas relações de dependência econômica em relação à Inglaterra e aos Estados Unidos, mas poucos deram a devida atenção à construção institucional da democracia representativa, cujo início remonta à Independência e à Constituição de 1824. Esta segunda edição, revista e atualizada, é, portanto, uma tentativa de sustentar a reorientação iniciada na primeira.

São Paulo, 21 de agosto de 2020
Bolívar Lamounier

Introdução

Formação da democracia brasileira: discurso, teoria, história

O estudioso da história política brasileira tem às vezes a impressão de viver entre discípulos de Pírron de Élis, o filósofo grego (365-275 a.C.) que pretendeu transformar o ceticismo em método e o pessimismo em doutrina. Realmente, na literatura histórica, no debate jornalístico e mesmo em obras de ficção ou no anedotário, defrontamo-nos a toda hora com um sentimento de descrença que impressiona por sua ubiquidade e pela constância de seu objeto. O alvo por excelência da descrença nacional sempre foram os mecanismos de representação política: eleições, partidos e Legislativo. Desde seus primórdios, no século 19, a democracia representativa foi questionada por políticos, intelectuais e jornalistas, que a viam como uma superestrutura importada, ideia fora de lugar, fruto do idealismo utópico da elite dirigente ou, pior que isso, cínico instrumento de dominação a serviço da classe latifundiária. Sutil e moderado em Machado de Assis e Sérgio Buarque de Holanda, caudaloso e violento em João Francisco Lisboa, Oliveira Vianna e tantos outros, o discurso pirrônico permeia ainda hoje tanto a linguagem intelectual quanto a popular, podendo sem dúvida ser considerado um dos traços mais importantes de nossa cultura política.

É bem verdade que o pirronismo começou a se abrandar no último quartel do século 20, sob a influência do processo de redemocratização (1974-1985). O regime militar implantado em 1964 manipulou de várias formas o processo eleitoral, mas não o suprimiu por completo; preservado como espaço de disputa, ele se converteu em importante arma na luta pela redemocratização, em particular a partir de 1974. Em 1981, ocorreu-me registrar que a velha descrença brasileira tenderia a se suavizar, em consequência da abertura política:

“Diante desses fatos, tinha de atenuar-se, como de fato vem se atenuando, a visão tradicional segundo a qual nosso regime representativo seria mera farsa de país colonial” (Lamounier, 1981:12).

Em 1984, na campanha das Diretas Já, milhões de brasileiros foram às ruas para exigir o restabelecimento de eleições diretas para a presidência da República. Embora sem atingir seu objetivo precípua, esse movimento contribuiu de forma notável para valorizar, aos olhos do cidadão comum, o papel do voto e a arena eleitoral. Em 1989, a primeira eleição direta para presidente da República, após um intervalo de 29 anos, foi acolhida com exagerado entusiasmo, como se equivalesse ao imediato equacionamento dos problemas do país. Igualmente forte no sentido de semear otimismo seria o inédito recurso ao *impeachment* movido contra o presidente Fernando Collor de Mello em 1992, e seu ordeiro processamento. Novo estímulo ao ego nacional, este de origem externa, viria no ano 2000: o imbróglio da eleição de George W. Bush na Flórida que nos propiciou excelente oportunidade de proclamar aos quatro ventos a superioridade de nosso arcabouço eleitoral. Mais que atenuar o pessimismo, essa série de bons acontecimentos levou parte da elite brasileira a um extremo oposto — a um otimismo por vezes panglossiano, à luz do qual nossa história política se transfigurou em notável desfile de sabedoria e virtude cívica.

Raízes culturais e históricas do pirronismo

Como se explica que tal descrença e essa peculiar hostilidade ao sistema representativo tenham perdurado no Brasil por tanto tempo e com tamanha virulência? A indagação já pressupõe que o pessimismo não resulta apenas de deficiências objetivas das instituições ou da sociedade, mas também de percepções ideológicas assimiladas pelas elites e de interpretações teoricamente deficientes. Seu pano de fundo (mundial, não só brasileiro) é um modo de pensar antiliberal e antiparlamentar, fundado em filosofias historicistas e organicistas, que se manifesta na Europa, no começo do século 19, contrapondo-se ao espírito “abstrato” e “ultraindividualista” encarnado pela França iluminista. Lembremo-nos de que os primeiros tempos da democracia coincidem com essa forte rejeição aos excessos da Revolução Francesa e aos ideais do nascente liberalismo. E consideremos, em relação ao Brasil, a importante diferença entre as culturas econômica e política. Nossa cultura

econômica é dinâmica e voltada para o futuro, pois tem como foco gerador uma história de sucesso — a industrialização e as transformações estruturais do século 20. Já o foco gerador da cultura política está no século 19 e na primeira metade do século 20, época em que os defeitos da democracia eram palpáveis e suas qualidades eram ainda conjecturas a respeito de um futuro distante.

Nas primeiras décadas do século 20, a aversão à democracia representativa foi reforçada no Brasil por duas potentes ideologias: o profascismo (mescla de positivismo, nacionalismo e endeusamento do Estado “forte”, que se difundiu a partir da Itália e dos países ibéricos) e o marxismo, este sobretudo na versão stalinista da Terceira Internacional.¹ Intrinsecamente antiliberais e antiparlamentares, essas duas ideologias tiveram também um efeito indireto, moldando uma visão histórica reducionista, avessa à análise do sistema político como uma esfera relativamente autônoma. Para o marxismo, as instituições e os regimes políticos podem muito bem ser reduzidos à estrutura de classes; para o profascismo, a um passado remoto e a complexos culturais supostamente imutáveis, fundados na ordem privada dos clãs patriarcais. Considerando que uma análise detalhada da historiografia associada às ideologias mencionadas fugiria aos objetivos deste livro, sintetizo-a a seguir, contrastando-a à minha proposta de revisão.

Historiografia convencional e proposta de revisão²

Na historiografia convencional, a “concepção da política e do Estado” é essencialmente reducionista. As instituições e processos políticos explicam-se diretamente pela “infraestrutura” (dominação de classe, traços socioculturais do senhorio rural etc.). As mazelas políticas brasileiras seriam decorrência direta da tentativa de implantar instituições representativas numa sociedade pós-colonial e escravista. Minha proposta de revisão é conceber as instituições e práticas políticas como relativamente autônomas, formando um subsistema diferenciado, com uma lógica própria e em contínua modificação mercê de

¹ Ver Gregor (1969:30-92) sobre o profascismo na Europa e Lamounier (1977) sobre a formação do pensamento autoritário no Brasil.

² Descartar o reducionismo endêmico na historiografia obviamente não significa saltar para o extremo oposto, como se o desenvolvimento da democracia nada tivesse a ver com as condições econômicas ou sociais subjacentes. O tema será retomado no capítulo final.